Governo do Estado de São Paulo
586

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PROCESSO SPOG-PRC-2021-00011
PREGÃO ELETRÔNICO NC n.º 21/2022
CONTRATO n.º 34235-SAAC-00115-2022

TERMO DE CONTRATO, que entre si celebram o celebrado entre o **ESTADO DE SÃO PAULO**, por sua **SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO**, por meio do **DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO – DPME**, e a empresa **SILVIA DEVAI 08223655888**, tendo por objeto a ***PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 10 (DEZ) APARELHOS PURIFICADORES DE ÁGUA, INCLUINDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO – DPME, LOCALIZADO NA AV. PREFEITO PASSOS, S/N – GLICÉRIO – SÃO PAULO – SP PELO PERÍODO DE 15 MESES***.

O **ESTADO DE SÃO PAULO,** por sua **SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO,** com sede na Avenida Morumbi, 4500, Morumbi, CEP: 05650-905, São Paulo-SP, inscrito no CNPJ sob nº 39.467.292/0001-02, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO - DPME**, com sede na Av. Pref. Passos, S/n - Liberdade, São Paulo - SP, 01517-020, neste ato representado pela Senhora **BARTYRA CÂMARA GOMES**, Diretora Técnica De Saúde III, portadora da cédula de identidade RG nº 16.469.867-X e CPF nº 253.084.738-03, no uso da competência prevista no artigo 14, Inciso I, do Decreto-lei estadual nº 233/70, e, de outro lado, a empresa **SILVIA DEVAI 08223655888**, com sede na Rua Joaquim Antonio Nabuco de Araújo, n.º 365, Fundos, CEP: 11666-510, Praia das Palmeiras, Caraguatatuba-SP, inscrita no CNPJ sob nº 14.232.179/0001-17, a seguir denominada "**CONTRATADA"**, neste ato representada pela Senhora **SILVIA DEVAI**, Proprietária, portadora do RG nº 18.375.122-X e CPF nº 082.236.558-88, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente **TERMO DE CONTRATO**, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual n° 49.722/2005 e no regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a ***PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 10 (DEZ) APARELHOS PURIFICADORES DE ÁGUA, INCLUINDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO – DPME, LOCALIZADO NA AV. PREFEITO PASSOS, S/N – GLICÉRIO – SÃO PAULO – SP PELO PERÍODO DE 15 MESES***, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Memorial Descritivo, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

SIGA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PARÁGRAFO PRIMEIRO
O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

PARÁGRAFO SEGUNDO
O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

PARÁGRAFO TERCEIRO
O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelas normas mencionadas no preâmbulo durante toda a sua vigência, nos termos do parágrafo único do artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
A execução dos serviços deverá ter início em 16/08/2022, nos locais indicados no Memorial Descritivo, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES
O contrato terá vigência de **15 (quinze) meses**, a contar da data estabelecida para início dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de **60 (sessenta) meses**, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO
A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até **90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO
Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO
A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da CONTRATANTE não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

PARÁGRAFO QUINTO
Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o CONTRATANTE e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido.

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PARÁGRAFO SEXTO
Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

PARÁGRAFO SÉTIMO
Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Sexto desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA
À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Memorial Descritivo, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
II – designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;
III - cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;
IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;
VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;
VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal n° 8.666/1993;
IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;
X - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;
XI - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;
XII - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;
XIII - implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

XIV - reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;
XV - manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
XVI – submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
XX – fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;
XXI - prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO
Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV – no tocante a licitações e contratos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO
O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE
Ao CONTRATANTE cabe:
I - exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;
II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;
IV - expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data de início de sua execução.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO
A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE
A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço mensal de **R$ 848,00 (oitocentos e quarenta e oito reais)**, perfazendo o total de **R$ 12.720,00 (doze mil, setecentos e vinte reais).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO
Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PARÁGRAFO SEGUNDO
Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARÁGRAFO TERCEIRO
Os preços a que se refere o *caput* serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = P_0\left[\left(\frac{IPC}{IPC_0} - 1\right)\right]$$

Onde:
- *R = parcela de reajuste;*
- *P0 = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;*
- *IPC/IPC0 = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.*

PARÁGRAFO QUARTO
A periodicidade anual de que trata o Parágrafo Terceiro será contada a partir da data da proposta, que será considerada a data de referência dos preços.

CLAUSULA OITAVA –DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar no Programa de Trabalho 04331202759710000, Natureza de Despesa 339039, Fonte de Recurso 001001001, Unidade Gestora 530110 – DPME.

PARAGRÁFO ÚNICO
No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO
O objeto deste contrato, em cada uma de suas parcelas mensais, será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recepção pela Administração do relatório de execução dos serviços do mês acompanhado da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços.

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PARÁGRAFO PRIMEIRO
Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá refazê-los no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, observando as condições estabelecidas para a prestação.

PARÁGRAFO SEGUNDO
Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO
O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PAGAMENTOS
Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura protocolo do CONTRATANTE em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, de acordo com as seguintes condições:
I - em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula.
II - A discriminação dos valores dos serviços deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO
Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO
Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO QUARTO
A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PARÁGRAFO QUINTO
O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:
I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;
II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:
a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.
b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS" ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.
III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:
a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;
c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.
d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.
A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO
Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO
O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO
A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.

PARÁGRAFO SEGUNDO
As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO
O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO
A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
A garantia de execução contratual, quando exigida pelo CONTRATANTE em decorrência da celebração do contrato, deverá obedecer às normas previstas no Edital indicado no preâmbulo deste instrumento.

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONTRATADA deve cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Contrato e observar as instruções por escrito do CONTRATANTE no tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no *caput* do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Considerando a natureza do tratamento, a CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO QUARTO

A CONTRATADA deve:

I – notificar o CONTRATANTE na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018; e

II – quando for o caso, auxiliar o CONTRATANTE na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso I deste parágrafo.

PARÁGRAFO QUINTO

A CONTRATADA deve notificar ao CONTRATANTE, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO

A CONTRATADA deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

PARÁGRAFO SÉTIMO
A CONTRATADA deve auxiliar o CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO
Na ocasião do encerramento deste Contrato, a CONTRATADA deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao CONTRATANTE ou eliminá-los, conforme decisão do CONTRATANTE, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, certificando por escrito, ao CONTRATANTE, o cumprimento desta obrigação.

PARÁGRAFO NONO
A CONTRATADA deve colocar à disposição do CONTRATANTE, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo CONTRATANTE ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DEZ
Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem se dar por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste Contrato, ou outro endereço informado em notificação posterior.

PARÁGRAFO ONZE
A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 ou de instruções do CONTRATANTE relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DOZE
Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela CONTRATADA ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TREZE
É vedada a transferência de dados pessoais, pela CONTRATADA, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, do CONTRATANTE, e demonstração da observância, pela CONTRATADA, da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA o cumprimento de toda a legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS
Fica ajustado, ainda, que:

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em 1 (uma) via** de forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 16 de agosto de 2022.

BARTYRA CÂMARA GOMES
Diretora Técnica De Saúde III
CONTRATANTE

SILVIA DEVAI
Proprietária
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

(nome, RG e CPF)

Janeiro de F. Pereira
RG. 7953.7182
CPF: 817.559.458-68

(nome, RG e CPF)

CLEYTON FELIX FERREIRA
Diretor Núcleo Contratos
RG. 34.480.500-7

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

ANEXO I- MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETIVO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de purificadores de água, compreendendo a instalação e manutenção de 10 (dez) aparelhos purificadores de água, incluindo assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, para atender as necessidades do Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, localizado na Av. Prefeito Passos, s/n – Glicério – São Paulo – SP pelo período de 15 (quinze) meses, passíveis de prorrogação por iguais períodos até o limite legalmente permitido.

2. OBJETIVO

Este documento tem por finalidade fornecer todas as informações necessárias aos interessados em participar do certame, possibilitando o acesso do maior número de participantes possível ao Sistema BEC/Pregão Eletrônico, visando a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, com vistas à efetivação de contrataçãode empresa prestadora dos serviços em epígrafe, com a qualidade e as especificações requeridas, observados todos os preceitos legais vigentes sobre a matéria.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DOS APARELHOS

3.1 Os 10 (dez) aparelhos deverão ser novos, de primeiro uso, com a voltagem adequada aos locais de instalação, e possuir, no mínimo, as seguintes características:

3.1.1. Fornecer água para consumo com vazão igual ou maior que 01 (um) litro por minuto;
3.1.2. Possuir no mínimo 02 (duas) temperaturas: natural e gelada;
3.1.3. Possibilidade de posicionamento com fixação em parede.
3.1.4. Matéria Prima do Gabinete Externo: Polipropileno, ABS, Aço Carbono ou Aço Inox;
3.1.5. Sistema de Abastecimento: Através de bica telescópica ou retrátil com possibilidade de abastecer tanto copos de água, jarras, garrafas ou recipientes maiores;
3.1.6. Dimensões do aparelho entre 30 a 50 cm de largura, 27 a 43 cm de altura e 30 a 50 cm de profundidade;
3.1.7. Possuir reservatório para água gelada com no mínimo 2,0 litros;
3.1.8. Estar preparado para operar na tensão elétrica 127 ou 220 Volts - 60 Hz;
3.1.9. Sistema de Acionamento: Pulsante;
3.1.10. Possuir elemento filtrante com vida útil nominal de no máximo 6.000 litros;
3.1.11. Possuir requisitos e padrão de potabilidade da Portaria MS n.º 2914/2011 do Ministério da Saúde;
3.1.12. Estar classificado, no mínimo, como "Classe A" quanto à eficiência para retenção de partículas, de acordo com a Portaria INMETRO nº 344/2014;
3.1.13. Ter sido aprovado com redução de cloro livre, de acordo com a Portaria INMETRO nº 344/2014;
3.1.14. Ter sido aprovado com eficiência bacteriológica, de acordo com a Portaria INMETRO nº 344/2014;
3.1.15. Possuir Certificado de Conformidade válido, emitido por Instituto autorizado a atuar como Organismo de Certificação pelo INMETRO, que comprove que os purificadores de água fornecidos atendem os requisitos da Portaria INMETRO nº 344/2014, principalmente atendimento aos itens 2.1.11. a 2.1.14. deste Memorial Descritivo.

SFPCAP2022847245A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:14:28.
Documento Nº: 50120238-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120238-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

4. DO LOCAL DE INSTALAÇÃO DAS QUANTIDADES PREVISTAS:

4.1 Deverão ser instalados 10 (dez) aparelhos nas dependências do Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, situado na Avenida Prefeito Passos, s/n°, conforme especificações abaixo:

03 (três) aparelhos no térreo, nos seguintes locais: 01 (um) no corredor de periciandos, 01 (um) no refeitório, e 01 (um) no corredor de acesso dos funcionários do DPME.
02 (dois) aparelhos no 1º andar: 01 (um) na ala de atendimento dos periciandos e 01 (um) no corredor de acesso dos funcionários do DPME.
05 (cinco) aparelhos no 2º andar: 02 (dois) em cada corredor de acesso dos funcionários do DPME, e 01 (um) na copa dos funcionários.

4.2. Caso haja mudança de local das unidades mencionadas, no mesmo endereço, a CONTRATADA se responsabilizará pela continuidade da prestação dos serviços com tais alterações, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5 - DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Serão de responsabilidade total da CONTRATADA: a entrega, instalação, manutenção preventiva e corretiva de todos os aparelhos especificados neste Memorial, bem como, a orientação sobre seu manuseio.

5.1. DA INSTALAÇÃO

5.1.1. A CONTRATADA deverá contatar a CONTRATANTE para agendar a data de instalação, bem como informar a qualificação (nome, RG e CPF) do(s) técnico(s) que realizará(ão) o serviço;

5.1.2. Os aparelhos deverão ser instalados pela CONTRATADA nos locais indicados conforme "item 3.1" no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato;

5.1.3. A instalação de, no mínimo, um purificador de água, por local, deverá atender a NBR 9050 - Lei de Acessibilidade, com fixação em altura máxima de 73cm em relação ao piso e saída de água a no máximo 90cm, possuir identificação em braille e escrita em língua portuguesa no painel;

5.1.4. Cada aparelho deverá possuir um registro de água próprio, que permita o bloqueio da saída de água quando acionado;

5.1.5. Se no momento da instalação, verificar-se a impossibilidade de se realizar o serviço, a CONTRATADA deverá apresentar relatório discriminando o motivo do impedimento;

5.1.6. Caso o impedimento seja devido à indisponibilidade de pontos de água potável e/ou energia elétrica, a CONTRATANTE deverá indicar os locais onde os referidos pontos deverão ser disponibilizados;

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

SIGA

Governo do Estado de São Paulo 600

5.1.7. Finalizado o serviço de instalação, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE relatório da distribuição dos aparelhos, com, no mínimo, as seguintes informações: data e local de instalação, modelo e número de série de cada equipamento;

5.1.8. Os aparelhos somente serão considerados instalados quando estiverem em funcionamento e sem nenhuma restrição e, apenas a partir deste momento, poderá ocorrer a contabilização destes para efeitos de cobrança.

5.2. DA REALOCAÇÃO

5.2.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a realocação dos aparelhos, dentro das dependências do prédio Sede do Departamento de Perícias Médicas - DPME, sem custos adicionais para a CONTRATANTE

5.3. DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS

A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de TODAS as peças de reposição, sobressalentes, peças consumíveis e outras para utilização nas manutenções corretivas e preventivas dos aparelhos.

5.4. DA DESINSTALAÇÃO

5.4.1. Ao término do contrato, os aparelhos deverão ser desinstalados pela CONTRATADA no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

5.4.2. A CONTRATADA deverá, quando da desinstalação dos aparelhos, por qualquer motivo, manter as instalações elétricas e hidráulicas isoladas, em condições seguras, sem vazamentos e em bom estado.

6 - MANUTENÇÃO

6.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

6.1.1. A CONTRATADA será responsável pelas manutenções preventivas nos aparelhos locados, inclusive pela substituição de peças cuja vida útil tenha expirado, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos, de acordo com as características técnicas e operacionais previstas no "item 2";
6.1.2. Sempre que necessário, a CONTRATANTE irá contatar a CONTRATADA para a realização da manutenção preventiva em qualquer um dos seus purificadores de água, cujo técnico deverá se apresentar no local, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para realização dos serviços;

6.1.3. Trimestralmente a CONTRATADA deverá realizar manutenção preventiva nos equipamentos contados a partir da assinatura do contrato, devendo a CONTRATADA agendar dia e horário com a CONTRATANTE para a realização dos serviços;

6.1.4. Após a realização da manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá emitir atestado de realização de serviços, especificando o(s) purificador(es), o(s) local(is) e o(s) tipo(s) de serviço(s), o qual será atestado pela CONTRATANTE.

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

Governo do Estado de São Paulo
601

6.1.5. As visitas referentes à manutenção preventiva deverão ser em dia útil e no horário das 08h00 às 12:00 e das 14:00 às 17h00 horas, com o acompanhamento do gestor do contrato ou funcionário designado pelo mesmo.

6.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

6.2.1. A CONTRATADA será responsável pelas manutenções corretivas nos aparelhos locados, inclusive pela substituição de peças danificadas e de reposição, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos, de acordo com as características técnicas e operacionais previstas no "item 2";

6.2.2. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para efetuar manutenção corretiva sempre que os aparelhos não estiverem funcionando adequadamente ou de acordo com as características técnicas e operacionais previstas no "item 2" deste Memorial;

6.2.3. As chamadas referentes à assistência técnica, informando sobre a necessidade de manutenção corretiva, deverão ser atendidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a solicitação efetuada por telefone ou por escrito pela CONTRATANTE;

6.2.4. Após a realização da manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá emitir atestado de realização de serviços, especificando o(s) purificador(es), o(s) local(is) e o(s) tipo(s) de serviço(s), o qual será atestado pela CONTRATANTE.

6.2.5. Havendo a necessidade da retirada dos aparelhos dos locais onde se encontram instalados, a CONTRATADA deverá instalar no mesmo local, equipamento similar com requisitos e portes equivalentes ao avariado, até a devolução daquele que estiver sofrendo reparos, sem ônus à CONTRATANTE;

6.2.6. A troca do equipamento com defeito por outro similar deverá ser feita no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da abertura do chamado.

7 - PROCEDIMENTOS TÉCNICOS PARA UTILIZAÇÃO DOS APARELHOS

7.1. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE: Folheto de Instrução e Operação Ilustrativo, de fácil compreensão pelos usuários, contendo as instruções necessárias ao bom uso, guarda e conservação do aparelho e esclarecer as dúvidas sobre seu funcionamento e recursos oferecidos, o qual deverá ser confeccionado em material resistente à água;

7.2. Imediatamente após a instalação do aparelho, o técnico da CONTRATADA deverá orientar a CONTRATANTE e/ou a(s) pessoa(s) por ele designada(s) quanto ao funcionamento adequado dos aparelhos, demonstrando todos os procedimentos contidos no folheto a que se refere o "subitem 6.1", bem como alertando sobre quaisquer anormalidades que ponham em risco o funcionamento dos aparelhos;

8 – MEDIÇÃO

8.1. A cobrança inicial se dará exclusivamente sobre a quantidade efetivamente instalada de aparelhos no mês e em pleno funcionamento;

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

8.1.2. Para períodos de locação inferiores a um mês, o cálculo para faturamento do aluguel deverá ser feito com base em 1/30 (um trinta avos) ao dia, por aparelho;

8.1.3. O relatório de medição, para fins de pagamento, deverá ser apresentado até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços e deverá conter o ateste da CONTRATADA de que os aparelhos locados estão em bom estado e em funcionamento, bem como, a localização de cada um dos purificadores e o número de patrimônio;

8.1.4. O Relatório de medição emitido pela CONTRATADA deverá ser atestado pela CONTRATANTE, para fins de pagamento.

9. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA CONTRATADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Após cada período mensal de locação dos equipamentos, o desempenho da CONTRATADA será avaliado, ficando autorizado à CONTRATANTE, com base nessa avaliação, a efetuar glosas no respectivo pagamento mensal, baseadas na métrica pela atribuição de graus, de acordo com as tabelas 1 e 2, demonstradas a seguir, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades estabelecidas em contrato.

TABELA 1	
GRAU	**CORRESPONDÊNCIA**
1	**1% sobre o valor mensal do contrato**
2	**2% sobre o valor mensal do contrato**
3	**5% sobre o valor mensal do contrato**
4	**10% sobre o valor mensal do contrato**
5	**20% sobre o valor mensal do contrato**

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico e/ou moral, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	**5**
2	Ultrapassar o limite de horas (48h) para atender aos chamados de manutenção preventiva (por chamado e por aparelho).	**4**
3	Ultrapassar o limite de horas (24h) para atender aos chamados de manutenção corretiva (por chamado e por aparelho).	**4**
4	Ultrapassar o prazo máximo (24h) para realizar a troca de aparelho com defeito (por chamado e por aparelho).	**4**
5	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados.	**4**
6	Permitir a presença de funcionário sem uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mal apresentado e/ou sem crachá.	**1**
Para os itens a seguir, DEIXAR DE:		

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador.	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço.	2
9	Fornecer os uniformes aos funcionários.	2
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	3
11	Fornecer materiais, produtos ou equipamentos nas quantidades suficientes para a execução dos serviços e qualidade exigidos no Edital.	2
12	Informar a CONTRATANTE quaisquer danos causados a qualquer um de seus bens, bem como suas instalações.	3

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar o relatório de medição até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

10.2. Refazer, sem ônus para a CONTRATANTE, os serviços prestados em desacordo com o especificado em Contrato;

10.3. Fornecer, às suas expensas para atendimento ao "item 4 – Descrições dos Serviços a Serem Executados", todas as ferramentas e materiais, bem como outros necessários à plena execução dos serviços;

10.4. Utilizar, na execução dos serviços, pessoal capacitado, com comprovação da sua competência técnica e fazê-los observar as normas internas da CONTRATANTE;

10.5. Manter seus técnicos devidamente uniformizados e identificados, durante sua permanência nos locais de trabalho;

10.6. Eximir a CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade perante terceiros, em relação a quaisquer ações judiciais, por prejuízo que contra ela possam ser arguidos, originados diretamente da execução dos serviços contratados, assumindo, em consequência, inteira responsabilidade pelos mesmos;

10.7. Fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE sobre os serviços executados;
10.8. Comprovar, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas e tributárias e, mensalmente o recolhimento das contribuições sociais, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social, pertinentes a seus empregados, como condição à percepção mensal do valor faturado;

10.9. Credenciar, junto à CONTRATANTE, um gestor para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato;

10.10. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

10.11. Cumprir, durante a vigência do Contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

10.12. Proceder à substituição de qualquer de seus funcionários se isso for exigido pela CONTRATANTE, não sendo necessária a declaração de motivos;

10.13. Realizar a limpeza final do local de instalação, e sempre quando houver a realização de manutenção nos purificadores de água, incluindo remoção de todo o material não aproveitável e/ou de propriedade da contratada, durante o andamento dos trabalhos e na conclusão do serviço sob suas expensas;

10.14. Emitir Atestado de Realização dos Serviços sempre quando forem realizadas as manutenções preventivas e corretivas dos aparelhos, devendo ser recebido e assinado pelo CONTRATANTE;

10.15. A cada aditivo contratual, apresentar certificado válido atualizado, emitido por Instituto autorizado a atuar como Organismo de Certificação pelo INMETRO, que comprove o atendimento aos requisitos da Portaria INMETRO nº 344/2014, especialmente aqueles indicados nos itens "2.1.11. a 2.1.14." deste Memorial Descritivo.

10.16. Informar à CONTRATANTE quaisquer danos causados às suas instalações ou a quaisquer de seus bens;

10.17. Responsabilizar-se pelos danos causados às instalações da CONTRATANTE e qualquer equipamento a este comum, bem como ao patrimônio da CONTRATANTE, por culpa, dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou em juízo;
OBS: Somente a "CONTRATADA" poderá realizar a instalação dos equipamentos e também a sua interligação aos pontos da rede elétrica e hidráulica existentes nos locais indicados, sendo assim, a mesma terá total responsabilidade sobre a qualidade dos insumos utilizados nas instalações, tais como: conexões (adaptadores, reduções, luvas, cotovelos, etc), vedações, hidrômetros, mangueiras, tubos, cabos elétricos, isolamentos, etc..
Portanto, caberá à CONTRATADA toda a responsabilidade sobre qualquer problema de mau funcionamento ou de "Vazamentos" que possam surgir ao longo da duração do contrato e que venham inclusive a danificar a infraestrutura predial ou até mesmo outros equipamentos existentes nas adjacências, devendo a CONTRATADA arcar com todo e qualquer prejuízo causado.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

11.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança da Administração e/ou endereço de cobrança;

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

11.2. Permitir o livre acesso dos seus empregados às instalações, quando solicitado pela CONTRATADA, com acompanhamento de funcionário da CONTRATANTE;

11.3. Impedir intervenção de pessoas estranhas à CONTRATADA, a qualquer parte das instalações;

11.4. Disponibilizar os pontos de força (energia elétrica), com dispositivos de proteção eventualmente necessários, segundo normas da ABNT/MTB e afins, conforme especificações técnicas, de potencial, tensão e localização, bem como os pontos de água (rede hidráulica) no local onde serão instalados os aparelhos purificadores de água;

11.5. Modificar, mediante comunicação prévia, os horários e dias estabelecidos para todo ou parte dos serviços, como também poderá aceitar, desde que por escrito e sendo de interesse da Administração, idêntica comunicação por parte da CONTRATADA;

11.6. Nomear Gestor para a administração do contrato;

11.7. Permitir a entrada de veículos da CONTRATADA, inclusive de grande porte, como caminhões, destinados a entrega de materiais para a execução do serviço;

11.8. Aprovar o relatório de medição elaborado pela CONTRATADA, para fins de pagamento, e aplicar as glosas se necessário;

11.9. Atestar a realização dos Serviços, mediante documento elaborado pela CONTRATADA, sempre quando forem realizadas as manutenções preventivas e corretivas dos aparelhos;

OBS: Caso haja divergências nos relatórios de medição e de serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA, para que o mesmo seja refeito, sendo faturado somente após a aprovação dos mesmos.

11.10. Efetuar vistorias com a finalidade de acompanhar o andamento dos trabalhos;

11.11. Aferir a qualidade dos materiais e serviços;

11.12. Zelar pelo bom uso, guarda e conservação dos aparelhos, bem como restituí-los à CONTRATADA, nas mesmas condições em que foram recebidos, salvas as deteriorações naturais de seu uso regular;

11.13. Não efetuar, bem como não permitir que sejam feitas intervenções nos aparelhos por terceiros não autorizados pela CONTRATADA, mesmo aquelas para fins de reparo ou manutenção, excetuando o acionamento do dispositivo que permita o fornecimento de água para consumo em casos de falta de energia elétrica;

11.14. Recusar quaisquer serviços ou aparelhos que não atendam ao padrão de qualidade desejável e estabelecido neste Memorial ou que descumpram as condições contratuais.

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

12. HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A execução dos serviços deverá ocorrer, prioritariamente, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00 às 12:00 e das 14:00 às 16h00.

12.2. A CONTRATADA deverá formalizar, na abertura do chamado, a identificação do(s) funcionário(s) que realizará(ão) os serviços nas dependências da CONTRATANTE (nome, RG e placa do veículo);

12.3. Os trabalhos, em casos excepcionais, poderão ocorrer fora do horário estipulado no item 12.1., mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

13 - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Os aparelhos deverão ser entregues e instalados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

13.2. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva e de assistência técnica, em relação a cada um dos aparelhos locados, iniciar-se-á imediatamente após as respectivas datas de recebimento definitivo dos referidos aparelhos, observadas todas as demais disposições contidas neste memorial descritivo, a respeito dessa execução.

14 – RECEBIMENTO DO OBJETO

Os aparelhos serão recebidos definitivamente após completa instalação e funcionamento dos mesmos, devendo ser emitido, no ato, o Atestado de Recebimento Definitivo do Objeto, a ser elaborado pela CONTRATANTE.

15 - GARANTIA DOS SERVIÇOS

15.1. A CONTRATADA deverá oferecer garantia permanente dos aparelhos, bem como de todos os itens de seu fornecimento, durante toda a vigência do contrato, mantendo as características técnicas e operacionais previstas no "item 3" deste Memorial Descritivo;

15.1.1. Esta garantia deverá ser total, contra quaisquer defeitos de qualidade, projeto, fabricação, instalação e acessórios.

15.1.2. Em casos de defeitos abrangidos pela garantia, dentro do prazo estabelecido em contrato, em que haja necessidade de troca ou reparo de materiais, peças e/ou acessórios, o transporte dos componentes até o local da execução de serviço ficam sob a responsabilidade da CONTRATADA, bem como os demais custos diretos e indiretos.

16. PRAZO

16.1. O prazo de vigência do contrato será de 15 (quinze) meses.

16.2. O contrato poderá ter sua vigência prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

Governo do Estado de São Paulo
607

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

CÓPIA DA RESOLUÇÃO SF 58/2014 (ANEXO IV DO EDITAL)

Dispõe sobre a aplicação das sanções de advertência e multa previstas na Lei federal 8.666, de 21-06-1993 e na Lei estadual 6.544, de 22-11-1989, no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

O Secretário da Fazenda, nos termos do artigo 88 da Lei estadual 6.544, de 22-11-1989 e dos artigos 3° e 6° do Decreto estadual 31.138, de 9 de janeiro de 1990, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e de advertência, a que se referem os artigos 81, 86 e 87, incisos I e II, da Lei federal 8.666, de 21-06-1993 e os artigos 79, 80 e 81, incisos I e II, da Lei Estadual 6.544, de 22-11-1989, obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução.

Artigo 2° - As sanções serão aplicadas com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3° - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa, observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução CC-52, de 19-07-2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir.

§1º - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis.
§2° - Da decisão, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação.

CAPÍTULO II
DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Artigo 4° - A inexecução total ou parcial de contratos, assim como a execução irregular, ou o atraso injustificado na execução sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;
II - multas.

Artigo 5° - A pena de advertência prevista no artigo anterior será aplicada a critério da autoridade, quando o contratado infringir obrigação contratual pela primeira vez.

Parágrafo único - Caso o valor da multa, calculado nos termos do artigo 6º, não supere 1 (uma) UFESP, a Administração poderá convertê-la em advertência.

Artigo 6° - As multas previstas no artigo 4° serão:

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

I - de 20% do valor total corrigido da avença, no caso de inexecução total do contrato;
II - de 20% do valor corrigido da avença, relativo à parte da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato;

III - no caso de atraso injustificado na execução do contrato, de:

a) 0,2% ao dia, para atrasos de até 30 (trinta) dias.
b) 0,4% ao dia, ao período que exceder 30 (trinta) dias.

IV - de 1 (uma) até 1.000 (mil) UFESP's, no caso de execução irregular do contrato.

§1° - Caso o contratado realize parte do objeto com atraso e não cumpra outra parcela, aplicar-se-á o disposto no inciso II em relação a parte não cumprida e o contido no inciso III ao que foi executado com atraso.
§2° - Em referência ao inciso II, nos contratos de execução continuada ou de entrega parcelada, e tratando-se de primeira ocorrência da contratada, o percentual será de 10%.
§3° - Os percentuais de que tratam as alíneas "a" e "b", do inciso III, deste artigo, incidirão sobre o valor total corrigido do contrato.
§4° - O valor correspondente à multa poderá ser, a critério da Administração, descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que deu origem à multa, ou descontado da garantia prestada para o mesmo contrato.
§5° - Inexistindo o desconto nos moldes previstos no §4°, deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, através de guia apropriada, no prazo de 10 dias contados da intimação.
§6° - O valor da penalidade ficará restrito ao valor total do contrato.
§7° - A aplicação das penalidades de multa independe de prévia aplicação de penalidade de advertência.

Artigo 7º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento de contrato, ou retirar o instrumento equivalente ou, ainda, assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade estabelecida no artigo 6º, inciso I, desta Resolução.

§1º Havendo recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, a estimativa de uso prevista no Edital de Licitação, e utilizada como base de cálculo para a multa, poderá ser reduzida pela Administração em até 50%(cinquenta) por cento, levando em consideração:

I - o percentual médio de aquisições dos Registros de preços anteriores para o mesmo objeto;
II - outros elementos hábeis a comprovar que as aquisições se darão na vigência do Registro de Preços;
III - e o disposto no artigo 2º.

§2º - O valor da multa de que trata este artigo deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, através de guia apropriada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação.

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

Governo do Estado de São Paulo
609

Artigo 8° - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no CADIN – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.
Artigo 9° - As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive com as demais penalidades previstas nas Leis federais 8.666, de 21 de junho de 1.993 e 10.520, de 17-07-2002 e na Lei estadual 6.544, de 22-11-1989, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.
Artigo 10 - As penalidades de multa são autônomas entre si e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outra.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, ou comunicadas às autoridades competentes, para fins de registro no referido Cadastro.
Artigo 12 - As disposições desta Resolução aplicam-se, também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação e ainda aos contratos advindos do Sistema de Registro de Preços (artigos 15 da Lei Federal 8.666/93 e Lei Estadual 6.544/89 e artigo 11 da Lei Federal 10.520/2002).
Artigo 13 - Cópia autêntica desta Resolução deverá, obrigatoriamente, se constituir em anexo integrante dos atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.
Artigo 14 - Às omissões desta Resolução aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.
Artigo 15 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SF 129/2010.

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

Governo do Estado de São Paulo 610

Governo do Estado de São Paulo 549

COPY7 ME

SILVIA DEVAI 08223655888 – CNPJ 14.232.179/0001-17 MATRIZ
R JOAQUIM A. NABUCO DE ARAUJO, 365 – FUNDOS, CEP 11666-510 CARAGUATATUBA SP
copy7maquinas@gmail.com TEL. (12) 3887-1982

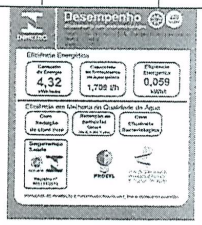
PROPOSTA PREÇO

AO

Pregão Eletrônico nº 21/2022,

PROCESSO SPOG-PRC 2021/00011

A empresa SILVIA DEVAI 08223655888 - CNPJ 14.232.179/0001-17 IE 254.086.728.115 com sede à Rua Joaquim A.Nabuco de Araújo, 365, Praia das Palmeiras, Caraguatatuba, TEL. (12)3887-1892 Email: copy7sdv@gmail.com, por intermédio de seu representante legal, o sr. Laercio de Freitas Pereira, portador do CPF 817.559.458-68 e RG 7.953.718-2 SSP/SP, no uso de suas atribuições legais, apresenta a porposta a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (01)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL (15 MESES)
01	PURIFICADOR DE ÁGUA	10 (dez) UNIDADES	*R$ 84,80*	*R$ 848,00*	*R$ 12.720,00*
MARCA/MODELO	Consul Purificadorde Agua CPB36A	 			

Altura: 35,5cm
Profundidade: 33,4cm
Peso: 12kg
Modelo CPB36
Material de fabricação/ Componentes básicos:
Os materiais que entram em contato ABS, Poliacetal, Silicone, com a água são todos atóxicos. Polipropileno e Carvão.
Dados de operação:
Faixa de vazão 40 - 90 litros por hora
Vazão nominal 60 litros por hora
Vazão máxima recomendada 180 litros por hora
Vida útil nominal do refil 2.250 litros
Condição de uso Uso Interno
Tensão 127 V - 220 V (Conforme etiqueta do produto)
Frequência 60 Hz
Características físicas:

SFPDCI2022106842A

Assinado com senha por LUCIANA APARECIDA CARDOSO - ASSESSOR DE APOIO FAZENDÁRIO II / 23673 - 18/07/2022 às 14:01:51.
Documento Nº: 47268209-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=47268209-1363

SIGA

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

Governo do Estado de São Paulo 611

Governo do Estado de São Paulo 550

Medidas externas sem embalagem (alt. x larg. x prof.) 35,5 x 25,3 x 33,4 cm
Peso líquido sem embalagem Com água: 11,2 kg Sem água: 9,9 kg
Identificação do elemento filtrante: Refil CIX01AX0NA
Carregamento máximo no topo do produto: 5 kg
Informações para ensaio:
Volume de referência para ensaio de particulado 2.250 litros
Estes dados são para utilização de laboratório credenciado pelo INMETRO.

NBR 9050 – Lei de Acessibilidade: Atende a Lei de no 10.098 de 19/12/2000 (NBR 9050) critérios de promoção à acessibilidade para portadores de necessidades especiais como cadeirantes, deficientes auditivos e visuais com Braille.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
Procedencia: Nacional

Será de total responsabilidade da empresa SILVIA DEVAI 08223655888 - CNPJ 14.232.179/0001-17 a entrega, instalação, manutenção preventiva e corretiva de todos os aparelhos especificados neste Memorial, bem como, a orientação sobreseu manuseio.

Declaramos total concordância com os termos da Minuta de Contrato, e das condições da presente licitação.

Por ser verdade assina a presente.

Caraguatatuba/SP, 06 de Julho de 2022;

SILVIA DEVAI 08223655888 - CNPJ 14.232.179/0001-17
Laercio de Freitas Pereira
CPF 817.559.458-68
Representante Comercial

REGIS CASTILHO MARTINS:84414286891

Assinado de forma digital por REGIS CASTILHO MARTINS:84414286891
Dados: 2022.07.14 11:21:17 -03'00'

SFPDCI202210684 2A

Assinado com senha por LUCIANA APARECIDA CARDOSO - ASSESSOR DE APOIO FAZENDÁRIO II / 23673 - 18/07/2022 às 14:01:51.
Documento Nº: 47268209-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=47268209-1363

SFPCAP202284725 5A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: **DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO**
CONTRATADO: **SILVIA DEVAI 08223655888**
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): **34235-SAAC-00115-2022**
OBJETO: **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 10 (DEZ) APARELHOS PURIFICADORES DE ÁGUA, INCLUINDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO – DPME, LOCALIZADO NA AV. PREFEITO PASSOS, S/N – GLICÉRIO – SÃO PAULO – SP PELO PERÍODO DE 15 MESES.**
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: 16 **de** agosto **de 2022.**

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: **NELSON LUIZ BAETA NEVES FILHO**
Cargo: Secretário de Orçamento e Gestão
CPF: 074.067.718-78

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome: **BARTYRA CÂMARA GOMES**
Cargo: Diretora Técnica De Saúde III
CPF: 253.084.738-03

Assinatura: BARTYRA CAMARA GOMES GRANATA:25308473803 Assinado de forma digital por BARTYRA CAMARA GOMES GRANATA:25308473803 Dados: 2022.08.04 13:13:13 -03'00'

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:
Nome: **BARTYRA CÂMARA GOMES**
Cargo: Diretora Técnica De Saúde III
CPF: 253.084.738-03 BARTYRA CAMARA GOMES GRANATA:25308473803 Assinado de forma digital por BARTYRA CAMARA GOMES GRANATA:25308473803 Dados: 2022.08.03 13:36:46 -03'00'
Assinatura: _____

Pela contratada:
Nome: **SILVIA DEVAI**
Cargo: Proprietária
CPF: 082.236.558-88
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: **BARTYRA CÂMARA GOMES**
Cargo: Diretora Técnica De Saúde III
CPF: 253.084.738-03 BARTYRA CAMARA GOMES GRANATA:25308473803 Assinado de forma digital por BARTYRA CAMARA GOMES GRANATA:25308473803 Dados: 2022.08.04 13:14:11 -03'00'
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome: **RÉGIS CASTILHO MARTINS**
Cargo: Assesor Técnico IV
CPF: 844.142.868-91
REGIS CASTILHO MARTINS:84414286891 Assinado de forma digital por REGIS CASTILHO MARTINS:84414286891 Dados: 2022.08.03 10:41:34 -03'00'
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

SFPCAP2022847255A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:15:42.
Documento Nº: 50120388-1363 - consulta à autenticidade em https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120388-1363

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCESP

CONTRATANTE: **GABINETE DO SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO**
CNPJ Nº: 39.467.292/0001-02
CONTRATADA: **SILVIA DEVAI 08223655888**
CNPJ Nº: 14.232.179/0001-17
CONTRATO N° (DE ORIGEM): 34235-SAAC-00115-2022
DATA DA ASSINATURA: 16/08/2022
VIGÊNCIA: 15 MESES CONTATOS A PARTIR DE 16/08/2022.
VALOR (R$): R$ 12.720,00 (doze mil, setecentos e vinte reais)
OBJETO: SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 10 (DEZ) APARELHOS PURIFICADORES DE ÁGUA, INCLUINDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO – DPME, LOCALIZADO NA AV. PREFEITO PASSOS, S/N – GLICÉRIO – SÃO PAULO – SP PELO PERÍODO DE 15 MESES

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;

b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;

e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA: São Paulo, 16 de agosto de 2022.

BARTYRA CÂMARA GOMES
Diretora Técnica de Saúde III

E-mail institucional: _____

SFPCAP2022847263A

Autenticado com senha por CLEYTON FELIX FERREIRA - DIRETOR TÉCNICO DE SERVIÇO DA FAZENDA ESTADUAL / 97826 - 18/08/2022 às 14:16:22.
Documento Nº: 50120797-1363 - consulta à autenticidade em
https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=50120797-1363

SIGA